



ENSAIO

Olhares Portugueses sobre o Brasil

Portuguese views of Brazil

Visiones portuguesas acerca del Brasil

Álvaro Cardoso Gomes^a
Luiz Antonio Dias^b

Resumo: Este ensaio trata das visões sobre o Brasil que os portugueses deixaram nos textos literários e históricos, desde a descoberta do país, por Pedro Álvares Cabral, em 1500, até a atualidade. Nossa intenção é mostrar que esse modo de registrar aspectos da nova terra oscilam entre textos apenas descritivos, visões críticas e visões utópicas.

Palavras-chave: Brasil. Portugal. Visões.

Abstract: This essay is about the portuguese views of Brazil in literary and historical texts, since the discovery of the country by Pedro Álvares Cabral, in 1500, until today. Our intention is to show that this way of registering aspects of the new lands ranging from descriptive texts, critical views and utopian views.

Keywords: Brazil. Portugal. Views.

Resumen: Este ensayo analiza las visiones acerca del Brasil que han dejado los portugueses en los textos literarios e históricos, desde el descubrimiento del país por Pedro Álvares Cabral, en 1500, hasta la actualidad. Nuestra intención es demostrar que esa manera de hacer el registro de la nueva tierra, oscila entre textos con aspectos descriptivos, visiones críticas y utópicas.

Palabras clave: Brasil. Portugal. Visiones.

^a Professor Titular da USP. Coordenador do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA.

^b Professor do Programa de Pós-Graduação em História na PUCSP. Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA.

Desde a descoberta do Brasil, em 1500, como não poderia deixar de ser, o processo de colonização que ali se iniciava, foi acompanhado de um bom número de documentos dos mais diversos, que procuraram registrar os aspectos mais notáveis da nova terra. São os casos da *Carta* de Pero Vaz de Caminha, a *Carta* de Mestre João, a *Relação do Piloto Anônimo*, anunciando a descoberta do Brasil, da obra religiosa *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, do padre Manuel da Nóbrega, da obra pedagógica *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, da obra historiográfica *História do Brasil*, do brasileiro de mentalidade portuguesa, Frei Vicente de Salvador. Mais adiante, ao lado desses documentos de caráter informativo, histórico, religioso, pedagógico, textos literários, ou seja, de caráter ficcional, também passaram a registrar aspectos informativos ou críticos do país que se formava. Lembramos aqui do poeta árcade e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, do romântico Camilo Castelo Branco, do realista Eça de Queirós e dos contemporâneos, Almeida Faria, Lobo Antunes e José Saramago.

Importante observarmos que os cronistas não são agentes neutros, carregam diferentes projetos em suas bagagens e orientam seus olhares com especificidades. Em muitos casos, o cronista, como indivíduo de passagem, toma o especial como regra. Quando Peter Burke, em *Cultura Popular na Idade Moderna*, discute sobre as festas, chama atenção de que eram momentos especiais, em que as pessoas buscavam sair da rotina (comiam e bebiam mais, usavam roupas e utensílios especiais). “Dentro das casas, muitas vezes os jarros, copos e pratos mais ricamente decorados só eram usados em ocasiões festivas, e assim as peças remanescentes podem enganar o historiador, se não for cuidadoso, quanto à qualidade da vida cotidiana no passado” (Burke, 2010, p. 244). Assim a utilização das descrições de viajantes e cronistas para reconstituir esse cotidiano pode apresentar algumas armadilhas. Mas, esses problemas e armadilhas não são dos viajantes e de seus relatos, são problemas para os pesquisadores que precisam considerar que todo relato é um documento histórico permeado de intencionalidades e especificidades próprias de seu tempo-espaço, é um documento que revela a mentalidade daquele que produziu, indica sua visão de mundo, seus medos, aspirações e, também, seus pré-conceitos.

Feito este preâmbulo, é preciso refletir um pouco sobre o projeto expansionista português no Brasil (e mesmo em outras ex-colônias) que, por resultar da orientação de uma mentalidade eminentemente prática, tinha como objetivo primeiro o extrativismo de matérias-

primas essenciais à manutenção do Império. Conforme observa Alfredo Bosi,

As migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos ares abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva à aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de consequências para o sistema de trocas internacional (2001, p. 19-20)

Sérgio Buarque de Holanda tem opinião semelhante, ao caracterizar o projeto expansionista português em terras do Brasil:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores (2006, p. 33-34).

Segundo Caio Prado Jr. (1976, p. 18-19) não existiu, pelo menos no início da ocupação, o objetivo de povoar. Isso ocorreu mais tarde, somente a partir da segunda metade do século XVI as regiões tropicais passaram a ser ocupadas e exploradas. Esse, aparente, descaso com as terras conquistadas pode ser explicado pelos lucros fabulosos obtidos com o comércio estabelecido com as “índias orientais”, através da rota recém-descoberta.

No Brasil predominou a economia agroexportadora. A “empresa açucareira” prosperou principalmente na capitania de Pernambuco. A necessidade de grande capital, para desbravar a terra e iniciar a produção, inviabilizou a existência de pequenas propriedades e a colônia atraiu grandes empresários. No entanto, a terra também recebeu degredados de toda a sorte – criminosos homicidas, falsários, contrabandistas, hereges, “bruxas” – o que, em certa medida, reforçou a ideia da colônia como instrumento de qualificação social, uma terra de potencialidades e oportunidades, mesmo para degredados, uma terra em que ser livre – e branco – garantia certo status social.

Resultaram desse modelo de colonização os diversos ciclos econômicos que acabaram desenhando o perfil histórico da terra brasileira: a indiscriminada extração do pau-brasil até quase sua extinção, para a tintura de panos, a exploração da cana-de-açúcar no Nordeste e, mais tarde, a mineração em Minas Gerais. Não havia, como

se poderá ver mais adiante em alguns textos do século XVII, um projeto orgânico, que levasse o conquistador a pensar a nova terra como uma nação. A mentalidade prática do português, inclusive, vai-se refletir nos documentos que sacrificam o maravilhoso (muito presente, por exemplo, nos textos perpetrados pelos espanhóis), em detrimento da rigorosa observação e descrição dos bens, das riquezas da nova terra. É o que Sérgio Buarque de Holanda dá a entender em *Visão do Paraíso*:

O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato de terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que não os inquietam, aqui, os extraordinários portentos, nem a esperança deles, E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, por ventura, das limitações humanas e terrenas. (2010, p. 35)

Complementando tais comentários, ainda o autor de *Visão do Paraíso*, diz mais adiante que:

A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas parece assim rarefazer-se à medida que penetramos a América lusitana (Ibidem, p. 43).

No século XVI, o primeiro texto das conquistas é a carta que Pero Vaz de Caminha (? – 1500), escrivão da frota de Cabral, enviou ao rei D. Manuel. Por deveres do ofício, cabia-lhe enviar um relatório o mais fiel possível à realidade circundante, o que faz com muita propriedade, dando rigorosa conta da aparência e dos hábitos do povo indígena que habitava a terra e dos pormenores climáticos, agriculturáveis e minerais do Brasil, como se pode observar neste fragmento:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal, nem ferro lho vimos. Mas, a terra em si, é de muitos bons ares, frios e temperados, como os de Entre-Doiro e Minho, porque neste tempo de agora, assim os achávamos, como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á tudo, por bem das águas que tem. (Caminha, in Simões, 1999, p. 138)

Homem de formação clássica, contudo, Pero Vaz de Caminha é também dono de um estilo em que se vê um perfeito “equilíbrio entre a cultura das classes abastadas e a popular” (Cortesão, 1994, p. 46), o principal responsável pelo caráter literário da carta, ainda que incipiente. Desse modo, o relatório deixa de ser frio e imparcial e, embora se circunscreva ao plano da observação rigorosa dos fatos, ganha em colorido, em vivacidade, sobretudo na visão deslumbrada do indígena, que é visto como que pertencente ainda a uma dimensão edênica:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que de nós muito a olharmos, não tínhamos nenhum vergonha. (Caminha, in Simões, 1999, p. 120)

Os substantivos “vergonhas” e “vergonha”, o primeiro designando o órgão sexual feminino e o segundo, o sentimento de pudor, provêm da mesma raiz latina *verecundia*. “Vergonhas”, em realidade, implicou uma deturpação de “vergonha”, pelo fato de que, diante da mentalidade cristã, a sexualidade, e, por extensão, tudo relacionado a ela, é ligada ao pecado. Devido a isso, os órgãos sexuais não se exibem por pudor, pela consciência implícita do pecado. Ora, no texto de Caminha, pelo contrário, a contemplação das “vergonhas” não provoca “vergonha”, o que serve para ilustrar aqui a concepção algo ingênua de um paraíso terrenal, anterior à ideia do pecado, propiciada pela visão ainda desinteressada da terra recém-descoberta.

Já a *Carta* de Mestre João e a *Relação do Piloto Anônimo*, de certo modo, retomam, sem a vivacidade e o agudo senso de observação de Caminha, o que o escrivão oficial da esquadra de Pedro Álvares Cabral registrou. O primeiro chama mais a atenção por suas observações cartográficas e astrológicas; já o segundo demora-se em descrever os naturais da terra, os animais e, como Caminha, louva as águas, ares e a abundância da nova terra. Singular na *Relação* é a descrição de um animal desconhecido à época, no caso, um manati, espécime mamífero, confundido com um peixe, causador de estranhamento: “Entre os peixes que apanharam, vimos um que era grande como um barril” (apud SIMÕES, 1999, p. 183).

O que há de comum entre os três autores é que ou acreditam mesmo que o Brasil é uma ilha ou têm dúvidas quanto ao fato de a nova terra ser um continente ou uma ilha:

Caminha:

Deste porto seguro da vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500.

Mestre João:

Ontem, quase entendemos, através de gestos, que esta era uma ilha, e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui outros, em grandes canoas, a guerrear com eles e os levar cativos.

Relação do Piloto Anônimo:

A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme. Julgamos que seja terra firme pela sua grandeza. (In Simões, 1999, p. 139, 156 e 182-183)

Na realidade, os autores, ao verem o Brasil como uma ilha, apesar da mentalidade prática deles, quem sabe, ainda estariam reativando velhos mitos, alimentados por utopias que varreram a Europa, como a da ilha de “Hy Brazil”, fruto da imaginação e da cartografia medieval europeia desde o início do século XI:

Talvez essa ilha legendária fosse conhecida na Irlanda sob o nome de *Brasil* ou *O’Brasi*, nome que poderia vir, seja de *breasil*, significando ‘grande ilha’ em gaélico, seja de *brasil*, árvore usada em tinturaria e pintura e conhecida por esse nome desde o início do primeiro milênio. Outra interpretação bastante convincente liga este topônimo à expressão irlandesa *Hy Bressail* e *O’Brazil* que significaria ‘ilha Afortunada’, ou ilha de São Brandão. A justaposição da ilha Afortunada de São Brandão e da ilha de O’Brasil se explicaria então pelo desconhecimento da língua irlandesa por parte dos cartógrafos meridionais (Magasich-Airola e De Beer, 2000, p. 201).

Se o texto de Caminha ainda chega a equilibrar, mesmo que de modo superficial, a mentalidade prática com a visão idílica, que pode sugerir “a imagem do Paraíso Terrestre” (Holanda, 2010, p. 43), os textos que se lhe seguem têm como núcleo definitivo o pragmatismo, que visava a tornar o Brasil um mero apêndice de Portugal. Em *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, do padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), o viés religioso, catequético, está a serviço da mentalidade expansionista: era missão do dominador impor a fé cristã, instrumento de persuasão, de domínio, por inculcar o princípio da docilidade, da aceitação, da fidelidade à autoridade na mente ingênua do indígena. Nesse texto, de caráter dialógico, avulta o tom pedagógico com que o

dominador expõe a doutrina: o dominado, o povo gentio, é provido de alma e um entendimento, mas é ignorante da doutrina cristã, devido a um desvio proveniente da danação de serem descendentes de Cam, “filho de Noé, que descobriu as vergonhas de seu pai bêbado e, em maldição, e por isso, ficaram nus e têm outras mais misérias” (Nóbrega, apud Moisés, 1996, p. 29).

Nesse sentido, devemos indicar, também, os textos do jesuíta Fernão Cardim (1548-1625), que foram publicados no Brasil apenas em 1925, em uma obra intitulada *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Nesses escritos verificamos uma descrição de vários elementos da colônia e de seu funcionamento; uma visão do povo, em especial dos indígenas; a indicação das condições do clima e da vegetação, bem como uma minuciosa descrição dos animais. Cabe destacar, que parte desses escritos foi publicada, em inglês, em 1625, no entanto a obra foi atribuída a Manuel Tristão. Somente em 1881, Capistrano de Abreu – um dos organizadores da obra publicada em 1925 – indicou a verdadeira autoria da obra. Na segunda parte desse trabalho – intitulada *Do principio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes. Adoração e ceremonias* – além de uma extensa descrição do povo, de seus costumes, de sua língua, podemos observar a ideia de ignorância dos indígenas nos assuntos de Deus: “Este gentio não tem conhecimento algum de seu Creador, nem de cousa do Céu, nem se há pena nem gloria depois desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino (...)” (Cardim, 1925, p. 161).

Assim, além das questões econômicas, é importante levar em consideração, também, outras estruturas no processo de Expansão Marítima e na própria colonização. Devemos entender as “estruturas mentais”, ou seja, as motivações não econômicas que moveram os navegantes, entender a mentalidade do homem medieval, como eles pensavam o mundo, sua relação com os outros, com as posses, sua ideia de Deus e de salvação.

A Igreja e, conseqüentemente, a religiosidade eram muito importantes na orientação da vida e na própria forma como os homens se relacionavam com o mundo, nesse sentido, é importante destacar a ideia de salvação, que se daria através das ações, da luta contra o “mal”. O cristão deveria cerrar fileiras contra o “mal”, dessa luta dependeria a salvação do mundo e a sua própria, assim, a salvação do português estava diretamente ligada à salvação dos “outros”.

Uma das visões sobre o Novo Mundo, antes mesmo da confirmação de sua existência, era de uma região povoada por seres diferentes,

indivíduos que deveriam ser salvos. O contato com os ameríndios “confirmou” essa ideia, pois eles eram diferentes e necessitavam da salvação através das palavras de Deus. Para a salvação seria necessária a expiação dos pecados (humilhação, humildade, trabalho) que, em grande medida, contribui para o processo de colonização dessas terras, além de provocar um massacre físico e cultural dos ameríndios.

Os portugueses arriscavam-se nas travessias, pois pela obra (conversão e a luta contra o mal em suas várias faces) alcançariam o paraíso. Evidentemente, devemos levar em consideração a estrutura mental – crenças, ideias “leituras”, desse homem do final do século XV e não as nossas do século XXI. Nesse sentido, a crença na necessidade de lutar contra o mal foi, ao lado das questões econômicas, importante para motivar os conquistadores.

O padre português, Simão de Vasconcelos (1597-1671), ao escrever a história da Companhia de Jesus no Brasil, apresenta uma ideia da forma como os nativos eram vistos pelos europeus:

Simão de Vasconcelos relatou em minúcia as erronias e lembrou o quanto os nativos se encontravam afastados da humanidade e das regras mínimas do convívio cristão. Ao longo da narrativa, a heroica missão dos jesuítas tornava-se cada vez mais audaciosa e quase impossível, pois transformar homens-feras em cristãos devotos era uma tarefa árdua. A cada indício de barbarismo, a cada lembrança do poder de Satã sobre o gentio, ficava mais distante a construção de uma civilização cristã no Brasil. Mas *os guerreiros da fé* não se vergavam ante as intempéries da jornada e continuavam o nobre encargo de salvar as almas da danação. A monstruosidade dos ameríndios valorizava o esforço dos padres e revelava o empreendimento colonial dos portugueses. (Raminelli, 1995, p. 27. Grifos nossos)

Percebemos aqui, nitidamente, a ideia de luta contra o mal, os “guerreiros da fé” eram os religiosos que, mais do que lutar contra o mal, deviam salvar as almas dos nativos.

Assim, o relato inaugural sobre a terra e os nativos, realizado por Caminha, aos poucos será substituído por uma visão menos idílica e mais prática. Segundo Holanda (2010, p. 284) com o passar do tempo, a visão de “paraíso” perdeu espaço em função de várias evidências concretas: os choques com indígenas tornaram-se muito comuns, dessa forma, aquele indivíduo “puro e tranquilo” apresentado por Caminha tornou-se, rapidamente, um indivíduo bárbaro e tomado pelo “mal”, que deveria

ser catequizado à força. O próprio clima, apresentado como ameno, ao longo do ano – e das estações – mostrou-se ruim (muito quente) para os padrões europeus. A conquista e colonização necessitavam de trabalho árduo e infundável, não condizente com a ideia de paraíso. Finalmente, a natureza, apresentada como exuberante, torna-se um problema com a colonização e a necessidade de derrubada das matas para a cultura da cana.

Na vigência do Barroco, há o alvorecer de uma vida literária no Brasil, com a produção sistemática da poesia lírica e épica (Gregório de Matos e Guerra, Bento Teixeira Pinto) e com a criação de academias (como a “Academia dos Esquecidos”). Por isso mesmo, os textos de escritores portugueses (ou brasileiros de formação portuguesa), que traçam um retrato mais acabado do Brasil, por se integrarem à efervescência cultural do momento, impregnam-se fortemente de literariedade. Essa literariedade, contudo, está a serviço da crítica aos colonizadores pela ausência de um projeto de nação para o país emergente. Qual a imagem do Brasil-Colônia, filtrada por textos de informação da terra e por historiadores? Em *Diálogo das Grandezas do Brasil*, da autoria de Ambrósio Fernandes Brandão, escrito por volta de 1600, avulta o expediente do dialogismo, muito caro à retórica clássica, como forma de persuasão. Nesse documento, chamamos a atenção da crítica à atitude predatória dos primeiros colonizadores, mais preocupados em aproveitar da abundância, das benesses que o país ofertava, do que em trabalhar a terra:

e como o do que vivem é somente do que grangeam com os tais escravos, não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante à lavoura, que professam de maneira que têm por muito tempo perdido o que gastam em plantar uma árvore, que lhes haja de dar fruto em dois ou três anos, por lhes parecer que é muita a demora: porque se ajunta a isto o cuidar cada um deles que logo em breve tempo se hão de embarcar para o reino, e que lá hão de ir morrer, e não basta a desenganá-los desta opinião mil dificuldades que, a olhos imprevistos, lhe impedem podê-la fazer. Por maneira que este pressuposto que têm todos em geral de se haverem de ir para o reino, com a cobiça de fazerem mais quatro pães de açúcar, quatro covas de mantimento, não há homem em todo este Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e por conseguinte se não dispõem a fazerem criações de gados e outras; e se algum o faz, é em muito pequena quantidade, e tão pouca que a gasta tôda consigo mesmo e com a

sua família. E daqui nasce haver carestia e falta destas coisas, e o não vermos no Brasil quintas, pomares e jardins, tanques de água, grandes edifícios, como na nossa Espanha, não porque a terra deixe de ser disposta pára estas coisas; donde concluo que a falta é de seus moradores, que não querem usar delas (Brandão, in Abreu, 1946, p. 165).

Em suma, ao descrever o Brasil com a exuberância estilística do Barroco, Ambrósio Fernandes cria um contraste entre o excesso de bens da terra e a inépcia, a preguiça dos colonizadores, cuja intenção era extrair o máximo do Brasil com pouco ou nenhum trabalho. Isso teria como consequência o atraso da colônia.

Essa crítica também é evidente em *História do Brasil* (terminada de escrever em 1624), do brasileiro de formação portuguesa Frei Vicente de Salvador (1564-1636). Nesse texto histórico, é relevante o modo como o escritor comenta a escolha do nome do novo país. Como se sabe, as terras descobertas por Cabral em 1500 foram batizadas primeiramente como Terra de Santa Cruz e, depois, Brasil. A respeito do batismo da terra, o historiador observa que, num primeiro momento, ela recebe o nome de “Santa Cruz” em homenagem à cruz em que Jesus Cristo foi crucificado. Contudo, este aspecto religioso, desinteressado, cede lugar ao interesse, quando os colonizadores escolhem o nome Brasil, em função da matéria-prima que extraem (e extraíram até a extinção da árvore), o pau-brasil:

Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, com que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que no daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja (Salvador, 1965, p. 58).

Repare-se no típico jogo de linguagem barroco, através do uso da metonímia, com que Frei Salvador constrói seu texto: pau vermelho ⇒ brasa ⇒ pau-brasil ⇒ Brasil e pau (matéria da árvore) /pau (matéria da cruz). No texto historiográfico, o retrato que se tem do Brasil perde de vez todo contorno edênico: a cupidez do colonizador, sua mentalidade predatória é tão flagrante que, ao ver do historiador, passados cem anos da descoberta, não há ainda por aqui um projeto coeso de nação, a tal ponto que os reis de Portugal intitularam-se “senhores da Guiné

(possessão portuguesa na África), por uma caravelinha que lá vai e vem”, mas “do Brasil não se quiseram intitular” (ibidem).

A mentalidade exploratória, predatória, que tem como meta o extrativismo puro e simples, apesar do avanço econômico e cultural da terra emergente, continua século XVIII adiante, numa série de ciclos: pau-brasil \Rightarrow cana-de-açúcar (nas capitânicas do nordeste) \Rightarrow mineração (no sudeste). Desse modo, o poder centralizador desloca-se do norte do país para o sul, quando se verifica então o florescimento de cidades, principalmente no estado de Minas Gerais (Ouro Preto, Vila Rica), onde as minas de ouro passam a ser exploradas de maneira sistemática. A riqueza emergente eleva o nível cultural, o que tem como consequência a criação de academias literárias, do teatro da ópera e o surgimento de um grupo seleto de poetas, cuja criação poética revela, ainda que subrepticamente, um programa estético. A vida cultural mais agitada, como não poderia deixar de ser, faz surgir uma tênue conscientização política e os ímpetus nacionalistas que confinarão na chamada “Inconfidência Mineira”, movimento libertário de trágicas consequências. Os tênues desejos de independência da Metrópole contrastam com a mentalidade exploratória, extrativista do colonizador. A Coroa portuguesa, sem ainda pensar no projeto de uma nação, investe quase que tão só na arrecadação de impostos, de maneira mais notória, através de estratégias, como a do conhecido expediente da “derrama”, como se chamou a pesada taxação do ouro. É num poema (lira 59) do escritor arcáde Tomás António Gonzaga (1744-1810) que se encontrarão os traços dessa política extrativista adotada por Portugal e já anunciada nos *Diálogo das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. O poeta luso-brasileiro, apesar das convenções arcádicas que o forçavam a camuflar a cor local, em detrimento da paisagem greco-latina, não consegue esconder o olhar do português dominador, voltado para a exploração das matérias-primas e da terra, por meio do trabalho escravo:

Tu não verás, Marília, cem cativos
tirarem o cascalho e a rica terra,
ou dos cercos dos rios caudalosos,
ou da minada serra

Não verás separa o hábil negro
do pesado esmeril a grossa areia,
e já brilharem os granetes de oiro,
no fundo da bateia.

Não verás derrubar os virgens matos,
queimar as capoeiras inda novas,
servir de adubo à terra fértil cinza,
lançar os grãos nas covas.

Não verás enrolar negros pacotes
das secas folhas do cheiroso fumo;
nem espremer entre as dentadas rodas
da doce cana o sumo. (Gonzaga, 2002, p. 686)

Diante dessa exploração infindável, na metade do século XVIII, já eram percebidos os primeiros sinais de crise na extração do ouro. Essa crise foi, sem dúvida, muito mais profunda que a do açúcar, pois na empresa açucareira a produção poderia ser elevada para manter a rentabilidade. No ouro a rentabilidade poderia chegar a zero, destruindo o empresário. A ilusão de novas descobertas levava o investidor a permanecer na atividade levando à destruição lenta de seus ativos financeiros.

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição de mão de obra já não se podia fazer, e muito empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples fiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, antes de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. (Furtado, 1979, p. 85)

O contingente populacional voltou-se, em grande parte, para a agricultura de subsistência, levando à completa desarticulação econômica da região (o mercado atrofiou). Ainda segundo Celso Furtado, em nenhuma região da América – em nenhum momento da história – ocorreu uma involução tão rápida e tão completa como a verificada na região das Minas. Mas, essa exploração, como já indicamos, contribuiu, também, para o processo de lutas pela emancipação.

Para Mota (1989) a crescente urbanização favoreceu a proliferação e circulação de ideias. Teríamos, assim, o surgimento de uma “opinião

pública”, influenciada pelos líderes de opinião e contra o estado português. Os boatos e notícias, assim como as ideias acabavam atingindo todas as camadas sociais:

Em Minas, Cláudio Manuel da Costa e o cônego Luís Vieira da Silva, entre outros, parecem ter *espalhado* notícias sobre instruções que teriam os governadores não só para *limitar as riquezas* dos colonos como, também, caso não lograssem êxito na limitação de suas posses, para prendê-los por serem ‘inconfidentes’ e extraditá-los para Portugal. Como dizia o delator para o governador, eram ‘sementes que têm espalhado para fazer Vossa Excelência odiosa para com o povo (...)’ (Mota, 1989, p. 40)

Provavelmente tal intenção – limitar as posses dos colonos – não tenha passado pela cabeça do governador, no entanto, essa ideia aproximava-se da realidade da Derrama. Mota destaca também, uma mudança nos costumes. A poesia, por exemplo, foi substituída pelos panfletos políticos e econômicos, as palavras ganhavam novos conteúdos.

No século XIX, o Brasil torna-se independente, mais precisamente, a 7 de setembro de 1822. Qual o olhar que o português, nos textos literários, voltará para o novo país? Se a relação colonizador/colonizado altera-se de fato, resquícios dela ainda permanecem: a nação emergente é vista como um local onde fortunas fáceis são feitas, onde homens às vezes inescrupulosos fogem de dívidas e vêm reconstruir a vida num espaço aparentemente sem lei. É nessa época, inclusive, que surge em Portugal o epíteto “brasileiro”, ou seja, o português que faz fortuna no Brasil, muitas vezes se utilizando de meios escusos, e volta à terra endinheirado e pronto a comprar bens (ente os quais se incluem raparigas pobres, vendidas pelos pais) e o prestígio que nunca teve¹. A esse propósito, o escritor realista Eça de Queirós observa o seguinte: “há mais de trinta anos, em novela, em drama, em poemeto, o romantismo (...) tem utilizado o *brasileiro* como a encarnação mais engenhosa e a mais compreensível da sandice e da materialidade” (in Vitorino, 2014, p. 55). Esse registro se dá de maneira mais evidente em obras de diferentes autores românticos, como Camilo Castelo Branco (1825-1900) que tratou exaustivamente do tema em *Os Brilhantes do Brasileiro*, *Eusébio Macário*, *A Corja*, *A Brasileira de Prazins* e Júlio Dinis (1839-1871),

¹ Sobre esta figura, consultar mais detalhes no verbete sobre o assunto no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega*, organizado por Jacinto do Prado Coelho (cf Bibliografia).

em *A Morgadinha dos Canaviais*. Em Eusébio Macário, “o brasileiro Bento José Pereira Montalegre” torna-se sócio no Brasil do Comendador Borges, “um vizinho deles que tinha fugido da terra por ter furtado um porco” (Castelo Branco, 1960, p. 616). Também elevado à condição de Comendador, Bento volta a Portugal, e a visão que tem da terra em que enriqueceu é marcada pelo absoluto preconceito. Em conversa com Eusébio Macário, o novo rico comenta o seguinte:

– No Brasil também não há religião (...) e mau é porque a religião mi párece précula para povo; quem tem conhecimento lhi basta *sòmentes* a religião natural, hem? Mas quem não tem conhecimentos lhi faz préculo um freio. (Ibidem, p. 621)

Em suma, a nação emergente constitui apenas o degrau para a ascensão social, como se verifica no final deste romance:

– Ó rapariga, tu tens irmão no Brasil?
– Por que perguntas isso, ó idolatrado?
– É que, se tivesses, qualquer dia ele entrava por aí dentro barão. (Ibidem, p. 663)

Essa figura ridícula, cúpida, que ostenta riqueza quando do retorno à terra natal e que manifesta o maior desprezo pela terra em que conseguiu fazer fortuna, talvez tenha seu retrato mais acabado na personagem o primo Basílio, do romance de mesmo nome do escritor realista Eça de Queirós (1845-1900). Devido à falência do pai, Basílio parte para o Brasil, mais precisamente para a Bahia, envolve-se em negócios escusos e faz fortuna: “tinha ido para o Brasil para fugir aos credores; que enriquecera por acaso, numa especulação no Paraguai; que mesmo na Bahia, com a corda na garganta, nunca fora um trabalhador” (Queirós, 1994, p. 113). De volta a Portugal, manifesta nas roupas, nas joias que usa ostensivamente, nos princípios (ou na falta deles), os valores do novo-rico que vê a terra que elegera somente como uma escada para subir na vida, como se ela fosse ainda mera colônia. É o que se verifica num dos diálogos que mantém com Luísa, a quem procura seduzir. Para começar, diz a ela que “tinha deixado o *degredo*”, modo nada lisonjeiro para se referir ao Brasil, retomando velha imagem dada à terra que, no início da colonização, serviu para acolher os degredados que haviam cometido crimes na Metrópole. Não bastasse isso, ainda revela todo seu caráter preconceituoso quando dá um retrato ligeiro da nação brasileira à prima, quanto esta lhe pergunta sobre o país:

- E no Brasil?
- Um horror! Até fizera a corte a uma mulata.
- E por que te não casaste?...
- Estava a mangar! Uma mulata! (Ibidem, p. 66)

O elemento negro – considerado inferior, violento e degenerado pelas teorias científicas do final do século XIX – e, sobretudo, a mistura racial tornaram-se explicações recorrentes para uma degeneração social e inferioridade racial, que circulavam de forma intensa na Europa. A preguiça, a malandragem, a violência e uma, suposta, esperteza, seriam traços decorrentes dessa mistura racial. Ribeiro aponta essa ideia, equivocada, que se manteve presente ao longo do século XX: “Fala-se muito, também, da preguiça brasileira, atribuída tanto ao índio indolente, como ao negro fujão e até às classes dominantes viciosas” (2004, p. 451).

Os estigmas tradicionais do “brasileiro”, ou seja, o espalhafato, a ostentação de joias, de dinheiro, a cupidez, irão se verificar também na obra do pré-modernista Aquilino Ribeiro (1885-1963), *Mina de Diamantes*. Mas esse retrato aparece um tanto atenuado, na visão mais humanizada do “brasileiro” em alguns dos romances do neo-realista Ferreira de Castro (1898-1974), principalmente *Emigrantes*.

No século XX, a visão que se tem do Brasil, nas obras de cunho literário, sofre algumas alterações substanciais. Além da ideia que ainda subsiste de que o país é a terra das oportunidades, duas novas vertentes se desenham: a primeira, fruto da Revolução dos Cravos (1974) em Portugal, aponta para a nação brasileira como valhacouto da burguesia endinheirada, fugindo dos “comunistas”; a segunda aponta utopicamente para uma integração entre Portugal e Brasil, por meio da valorização da condição terceiro-mundista. A concepção de que a antiga colônia é a “terra de oportunidade” nasce, sobretudo com a crise institucional que se dá em Portugal, logo após a revolução que pôs fim à ditadura salazarista. Com a volta dos chamados “retornados”, ou seja, os portugueses das colônias do ultramar (Angola, Moçambique, Cabo Verde), que se tornaram independentes, verificou-se uma onda muito forte de desemprego, o que obrigou um grande contingente de portugueses a vir para o Brasil. O romance *Cavaleiro Andante*, de Almeida Faria (1943-), ilustra muito bem essa condição, por meio da personagem André, cuja família de grandes latifundiários entra em decadência econômica, no pós 1974, obrigando o primogênito a emigrar para sustentar a mãe e os irmãos menores. O retrato que André dá do

Brasil é no mínimo ambíguo: de um lado, ele não foge ao clichê, ao ver o país como a terra de oportunidades:

Do Rio recebi a resposta que me porá enfim a caminho dos trópicos, onde espero ganhar depressa os cruzeiros suficientes para ir ver-te. Os meus amigos garantem-me trabalho em S. Paulo, não sei ainda se a nível suficientemente elevado para valer a pena. (Almeida Faria, 1987, p. 20)

De outro lado, vê o país como a terra dos oportunistas:

Como em todas as terras com miséria e novo-riquismo sem limites, se um estranho não entra perto do topo da pirâmide nunca chegará ao cimo. Nem preciso de curso, preciso é de cunhas. (Ibidem)

Reforçando essa imagem do país do capitalismo selvagem, André conclui: “detestei S. Paulo pela escravidão do salário, dos horários, das longas travessias dentro da cidade colossal entre casa e trabalho”. Acresce a isso, a ideia de que o Brasil se tornou o refúgio da burguesia endinheirada que, fugindo à revolução e sendo desapropriada das herdades e mansões, sonha, no país de exílio forçado, um golpe contra-revolucionário. Esse tópico, que será também tratado com maestria por Lobo Antunes (1942-), em *Auto dos Danados*, por exemplo, subverte, como já dissemos a tópica do “degredado”, mas não altera fundamentalmente a visão que se tem do Brasil: a nação brasileira é mero valhacouto e não pátria de eleição para uma gente desprezível que deseja manter velhas estruturas.

Importante destacar que, apesar dessa visão, o Brasil se converteu ao longo de sua história no principal destino dos portugueses. Mesmo durante o período salazarista (1932-1974) – apesar de uma redução comparando ao período anterior – a situação se manteve: Os dados sobre a mão-de-obra europeia no Brasil de 1820 a 1960, indicam para os imigrantes portugueses: 1820-1833: 13,31%; 1884-1933: 68,39% e 1934-1960: 18,30% (Pasckes, 1991, p. 84).

Para Pasckes essa atração pelo Brasil era justificada pelo mito do “eldorado”:

A escolha do ‘eldorado’ brasileiro é explicada pela identificação, em primeiro lugar, com a língua e certamente pelos conhecimentos das riquezas brasileiras, que entretanto, foram privilégios de alguns portugueses – os colonizadores. No dizer de um imigrante, no Brasil ‘a gente não se sente estrangeiro e... todos pensam em voltar, mas voltar rico’ (1991, p. 87).

No início de século XXI, mas antes da grave crise econômica que viria a assolar Portugal – e quase toda a Europa – os números dessa diáspora continuavam impressionantes. Nesse momento o Brasil tinha cerca de 1.200.000 portugueses, mantendo a posição de principal destino do povo português. Importante destacar que Portugal – que contava com cerca de 10.000.000 de habitantes no país – tinha cerca de 4.700.000 vivendo no exterior (cf. Marques, 2003, p. 79-80).

Mas na literatura contemporânea, também podemos enxergar outra visão do Brasil, esta sim, mais consentânea com uma concepção crítica, que respeita as diferenças e que reconhece, afinal, que essas mesmas diferenças possibilitariam uma integração positiva entre Portugal e a nação brasileira. Pensamos então numa grande utopia que começa a se esboçar em *Cavaleiro Andante*, de Almeida Faria. Além de classificar o Brasil como terra de oportunidade, André tem a oportunidade de classificá-lo também como um espaço privilegiado, um território que irá lhe propiciar a surpresa do *novo*:

Sou mau jogador, achas tu e deve ser verdade, ou por impaciência ou por incapacidade de aceitar regras preestabelecidas, definitivas abstractas. Houvesse jogo em que as leis sempre fossem de novo fabricadas, esse seria o meu jogo com a sorte que não há. Vou procurá-lo nos Brasis, único sítio onde pode existir, lá onde a surpresa é possível, onde certas nossas lógicas foram postas de parte ou são simplesmente ignoradas (Almeida Faria, 1987, p. 54).

Não mais centrada no interesse, na especulação, a busca da personagem adquire um viés edênico; há nela o desejo de romper com a lógica cartesiana e viver a surpresa do novo que só o novo país, cujo povo vive uma experiência de vida em aberto, pode fornecer. Nesse sentido, a reflexão de André parece ter íntima relação com o olhar maravilhado de Caminha: o novo do exótico da nação recém-descoberta funde-se, desinteressadamente, ao novo da surpresa para o europeu envelhecido, que vive sob o jugo da lógica.

Essa visão utópica do Brasil irá ter por fim o seu retrato mais acabado no pós-modernismo de Saramago (1922-2010), em *A Jangada de Pedra*. Nesse romance de caráter fantástico, o escritor português imagina a península ibérica desgarrando-se da Europa e, como uma jangada, navegando pelo Atlântico em direção da América. Embora o autor não seja explícito quanto ao destino do pedaço de terra, sabe-se que ele irá “em direção a um ignoto lugar ao sul, nunca os Estados Unidos” e “eles estão a descer entre a África e a América Latina”. Ora é aqui

que se desenha a grande utopia: Portugal e Espanha, inimigos seculares, irmanam-se, dão as costas ao Velho Continente e vêm-se integrar à América Latina, ou seja, abandonam as prerrogativas de cidadãos do primeiro mundo, de primeira classe, para abraçar inconscientemente a condição de cidadãos do terceiro mundo, de segunda classe, deixando de lado de vez o interesse mesquinho e a mentalidade predatória que subsistiu durante séculos. O Brasil, nessa nova visão, deixa de ser a terra de ninguém, valhacouto de degredados, de “brasileiros” enriquecidos, por meio da exploração da miséria alheia e passa, nesse retrato abstrato que dele se desenha, a ser o espaço edênico, que acolherá os povos marginalizados da Europa.

Mesmo assim, é inegável que somos, lá e cá, ainda marcados por preconceitos e estereótipos:

Para os Portugueses, os Brasileiros são preguiçosos, mas a ideia de que os Brasileiros são preguiçosos não é, de modo algum, estranha à cultura do país. O herói nacional sem carácter, Macunaíma, retratado pelo modernista Mário de Andrade, vivia a falar da sua própria preguiça. São também parte desse patrimônio simbólico a ideia da indolência indígena e a crença na inferioridade da mestiçagem e nos efeitos negativos do clima tropical sobre o trabalho. Diversas teorias foram elaboradas a esse respeito e, por mais que tenham sido repelidas ou criticadas, sobrevivem num substrato ideológico que ajuda a moldar a imagem do Brasileiro. (Souza; Baptista, 2002/2003, p. 215)

A grave crise econômica que atingiu Portugal elevou as taxas de desemprego – que mais que dobraram entre 2006 e 2012 – passando de 7,7% para 15,7%, da população economicamente ativa – junto com a desaceleração da economia, aliada ao crescimento econômico do Brasil, voltou a incrementar o êxodo para o Brasil, dessa vez, no entanto, o país passou a atrair o português mais qualificado, engenheiros por exemplo.

Enfim, o “eldorado” de ontem também é o de hoje, o povo que se “esparramou” pela América – também pela Ásia e África – durante o período colonial continua a se “esparramar”, com algumas alterações e muitas permanências. Entre as permanências a “saudade” – palavra sem equivalências em outras línguas e construída ao longo do processo de Expansão Marítima – os acompanha. Abandonam mulheres e mães, filhos e pais. Isso, a “saudade”, pode ter contribuído, ao longo da história, para essa relação de amor (pela recepção) e ódio (por ter abandonado a mãe-pátria) com o Brasil. Assim, as visões continuaram se alternando,

sempre de forma ambígua – ambiguidade essa, inerente ao ser humano – o Brasil é, ao mesmo tempo, o “paraíso” e o “inferno”; a “salvação” e a “danação”.

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.
- ALMEIDA FARIA. *Cavaleiro Andante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- ANTUNES, António Lobo. *Auto dos Danados*. Lisboa: D. Quixote, 1995.
- BABCOCK, William. *Legendary Islands of the Atlantic. A Study in Medieval Geography*, American Geographical Society, Research series nº 8. New York, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. Obra Seleta. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. 2 v., v. II.
- COELHO, Jacinto do Prado. Verbete sobre o “brasileiro”. *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega*. Porto: Figueirinhas, 1960.
- CORTESÃO, Jayme. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.
- GONZAGA, Tomás António. *Marília de Dirceu*. A Poesia dos Inconfidentes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MAGASICH-AIROLA, Jorge; DE BEER, Jean-Marc. *América Mágica*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARQUES, José A. C. *Imagens de uma realidade que não se escreve: braços e mãos para alugar*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MOISÉS, Massaud. *A Literatura Brasileira através dos Textos*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- MOTA, Carlos G. *Ideia de Revolução no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PASCKES, Maria L. N. de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX). In: *Revista História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago.-jul. 1990/1991.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio*. São Paulo: FTD, 1994.

RAMINELLI, R. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Caminho, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em Branco e Negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SIMÕES, Henrique Campos. *As Cartas do Brasil*. Ilhéus: Editus, 1999.

SOUZA, Elisabete T.; BAPTISTA, Maria M. R. T. Brasil e Portugal: representações e imagens. In: *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, Aveiro: Imprensa de Coimbra, p. 199-224, 2001-2002.

SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VITORINO, João Carlos. *Regards Lusophones sur l'Idéologie et l'Utopie dans Le Discours Littéraire*. Baga: Vercial, 2014.

Submissão em 21/05/2014.

Aprovado em 16/12/2014.